

DESCONCENTRAÇÃO METROPOLITANA NO ESTADO DE SÃO PAULO (BRASIL): NOVAS TERRITORIALIDADES NO DESENVOLVIMENTO PAULISTA

Carlos A. Brandão (brandao@eco.unicamp.br)*

Cláudio Schuller Maciel (maciel@eco.unicamp.br)*

Fernando César de Macedo (fc Macedo@eco.unicamp.br)*

Resumo

O texto apresenta o processo de urbanização recente na porção territorial mais desenvolvida do Brasil, o Estado de São Paulo, a partir das transformações econômicas mais importantes, que criaram novas territorialidades e mudanças ao longo de sua rede urbana. Discute a natureza da desconcentração demográfica e econômica no sentido metrópole-interior, ocorrida a partir dos anos 1970, ao lado do processo de marcante metropolização, que colocam importantes desafios para a análise da dinâmica regional e urbana brasileira e para a implementação de ações de planejamento.

1. A Inserção do Estado de São Paulo na dinâmica regional e urbana do Brasil

O objetivo deste texto é apresentar a evolução demográfica e urbana recente no estado de São Paulo, a partir de transformações econômicas que criaram novas territorialidades, tornando a rede urbana paulista muito mais adensada e complexa¹. Encontra-se dividido em quatro partes, além desta sumária apresentação da inserção desta unidade da federação no contexto nacional. Na segunda, são descritos aspectos do crescimento demográfico e urbano recente, destacando processos de desconcentração demográfica, seja no sentido metrópole-interior, seja pela própria periferização das metrópoles estaduais (São Paulo, Santos e Campinas). Na terceira, discute-se a interiorização do desenvolvimento paulista. Na quarta, as mudanças na distribuição espacial da indústria que impactaram a rede urbana estadual. Na quinta, uma breve nota sobre a evolução recente da agropecuária que também promoveu um avanço na urbanização do interior. Por fim, apresenta os principais aspectos de suas 3 Regiões Metropolitanas.

No Brasil durante os anos – a chamada *década perdida* – uma conjunção de fatores fez com que diminuísse a ação do Estado no plano nacional e regional e também

*Professores do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), no Estado de São Paulo, e pesquisadores do Centro de Estudos do Desenvolvimento Econômico (CEDE) da mesma instituição. IE/Unicamp, Caixa Postal 6135 – CEP 13.083-970 – Campinas/SP/Brasil.

¹Este trabalho está baseado nos capítulos sobre demografia, urbanização e indústria escrito pelos autores na pesquisa ISSP/CEDE-IE-UNICAMP. Ver Cano et. al. (2007).

se debilitasse o investimento privado, notadamente o industrial, atingindo principalmente o núcleo da dinâmica industrial – o parque produtivo de São Paulo –, que estagnou, diminuindo os efeitos impulsionadores de desconcentração industrial.

Como se vê na Tabela 1 o crescimento foi medíocre, tanto para o Brasil como para São Paulo, e a indústria de transformação, o setor antes mais dinâmico, teve desempenho ainda pior. Nessa década, a desconcentração regional, que tinha ocorrido entre 1970 e 1985 arrefeceu, sendo que a diminuição da participação de São Paulo se deu muito mais por ter crescido menos do que o resto do país, dado que também a periferia nacional teve medíocre crescimento.

Em termos de setores produtivos, a indústria se debilitou, e os segmentos que ainda apresentavam algum crescimento mais expressivo eram os vinculados às exportações agroindustriais, minerais e de insumos básicos, além dos vinculados à questão energética, como petróleo e álcool de cana-de-açúcar.

A estagnação e a desvalorização cambial entre 1980 e 1985 estimularam fortemente as exportações, que cresceram 71% entre 1980 e 1989, em que pese a queda dos preços internacionais de produtos básicos, e teriam crescido ainda mais, não fosse a forte valorização cambial entre 1985 e 1989. A recessão conteve as importações, que cresceram apenas 24%, com o que geramos na década, US\$ 97 bilhões de saldos comerciais, incapazes, contudo, frente ao que remetemos de juros (US\$ 87 bilhões) além de outros pagamentos, para tentar evitar o aumento da dívida externa, a qual, contudo, entre o início e o fim da década saltou (em US\$ bilhões) de 64 para 115.

Tabela 1

| | Variação anual média do PIB do Brasil e Estado de São Paulo (%) | | | | Participação do Estado de São Paulo no Brasil (%) | | | |
|-----------------------|---|-----------|---------------------|-----------|---|------|------|------|
| | Brasil | | Estado de São Paulo | | 1970 | 1980 | 1989 | 2002 |
| | 1980/1989 | 1989/2002 | 1980/1989 | 1989/2002 | | | | |
| Primário | 3,2 | 3,4 | 3,5 | 1,5 | 18,0 | 14,2 | 15,5 | 26,6 |
| Secundário | 1,2 | 1,0 | 0,5 | 1,2 | 56,4 | 47,3 | 44,7 | 33,1 |
| Ind. de transformação | 0,9 | 0,7 | 0,2 | 1,0 | 58,1 | 53,4 | 50,2 | 43,0 |
| Terciário | 3,1 | 2,0 | 2,2 | 1,8 | 35,0 | 34,8 | 36,1 | 33,3 |
| Total | 2,2 | 1,9 | 1,5 | 1,4 | 39,5 | 37,7 | 37,8 | 32,6 |

Fonte: IBGE, Contas Regionais

Na década de 1990, o receituário neoliberal implicou na submissão consentida à Nova Ordem, representada pelos preceitos contidos no chamado Consenso de Washington, com o que abdicamos de nossa soberania nacional, no desenho, implementação e manejo da política econômica. O Estado de São Paulo a região mais desenvolvida do Brasil sofreu profundos impactos.

O Censo Demográfico de 2000 mostrava que sua população era de 37,0 milhões (93,4% dela urbana), na qual os não paulistas somavam 8,8 milhões, e destes, 5 milhões eram nordestinos. Seu território é de 248,2 milhões de km² (cerca de 2,9% do país). Se admitirmos que o PIB nacional em 2002, fosse de cerca de US\$ 510 bilhões (em US\$ correntes de 2002) e que o de São Paulo perfazia naquele ano 32,6% do nacional, então o de São Paulo teria sido de US\$ 166,3 bilhões, o que resultaria em uma PIB per capita de US\$ 4.400, valor que seria 51% maior do que a média nacional.

As exportações internacionais de São Paulo em 2004, em US\$ bilhões, totalizaram 31, nas quais as de manufaturados somaram 25,4 e as de semi-manufaturados 2,5 bilhões. Esses valores representaram, respectivamente, 32%, 48% e 18% dos respectivos totais nacionais. A expansão da fronteira agropecuária e mineral, em direção à periferia nacional fez com que suas vendas externas de produtos básicos de São Paulo, embora também crescentes, passassem a representar apenas 10% do total nacional. Esse comércio, relacionado com o PIB paulista, mostra bem os elevados coeficientes de exportações externas: 18% para o total, 62% para os manufaturados e 44% para estes últimos mais os semi-manufaturados (denominados *industriais*). Suas importações internacionais (80% das quais constituídas de bens de produção) somaram US\$ 27,1 bilhões (43% do total nacional), representando 15% do PIB paulista.

Seu comércio interestadual é de longa data, muito importante para sua economia. Os últimos dados que pudemos consultar são os do ano de 1999, por sinal, precários e agregados. Precário, pois os problemas de sonegação fiscal fazem com que as omissões sejam altas e os dados se apresentem em duas formas: no que um estado declara como “saídas” e outro como “entradas”, e esses valores são sempre distintos, podendo ser muito diferentes para um estado individual, mas menor para o conjunto do país. Naquele ano, as exportações paulistas para o resto do país e importações do resto do país teriam representado, respectivamente, cerca de 45% e 34% de seu PIB, mostrando claramente que seus fluxos comerciais com o resto do mercado nacional eram duas vezes mais importantes do que os internacionais.

2. Alguns aspectos do crescimento urbano e demográfico do Estado de São Paulo

A população do Estado de São Paulo, em 2000, representava 21,8% do total da brasileira. Estado mais populoso e segundo mais povoado do país², sua taxa de crescimento entre 1991 e 2000 foi de 1,8% a.a., superior à média nacional (1,6% a.a.). Ambas ficaram, no entanto, abaixo das verificadas no período 1980-1991, que foram de, respectivamente, 2,1% e 1,9%. A PNAD aponta população de quase 40 milhões, em 2004, com 48,0% dela residindo na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) e a restante distribuída entre os 606 municípios do interior. Daquele total, 94,5% residiam no meio urbano, taxa que é ligeiramente superior na RMSP (96,2%) e ligeiramente inferior no interior do estado (92,9%).

Tabela 2 - População residente e Taxa de crescimento anual

São Paulo e Brasil - 1970, 1980, 1991, 2000

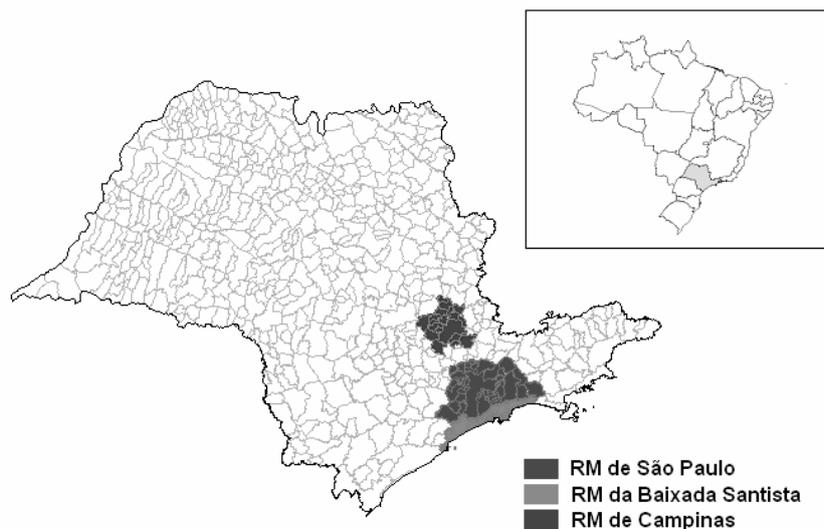
| | População | | | | Taxa de crescimento anual | | |
|------------------|-------------|-------------|-------------|------------|---------------------------|-------|-------|
| | 2000 | 1991 | 1980 | 1970 | 00/91 | 91/80 | 80/70 |
| Brasil | 169.799.170 | 146.825.475 | 119.011.052 | 93.134.846 | 1,6 | 1,9 | 2,5 |
| São Paulo | 37.032.403 | 31.588.925 | 25.042.074 | 17.770.975 | 1,8 | 2,1 | 3,5 |

Fonte: Censos Demográficos 1970, 1980, 1991, 2000

A exemplo de tendências verificadas para o Brasil, observam-se modificações importantes no padrão demográfico de São Paulo, como envelhecimento da população, queda nas taxas de fecundidade, aumento na esperança de vida, redução nos ritmos de crescimento populacional e de urbanização e aumento das migrações de retorno. As migrações interestaduais, ainda que menos intensas, se mantiveram elevadas³ e são acompanhadas pelo aumento das intra-estaduais (incluindo as intra-metropolitanas), com o interior exercendo maior atratividade sobre os emigrantes, tanto os oriundos da RMSP quanto os de outras unidades federativas.

²O primeiro é o Rio de Janeiro, com densidade de demográfica de 329,3 hab/km². Destaca-se também o Distrito Federal, com 353,5 hab/km².

³A maioria dos pesquisadores vem considerando uma queda no ritmo das migrações interestaduais recentemente, tomando por base a informação referente à data-fixa, ou seja, qual o lugar de residência anterior há exatamente cinco anos antes da data de referência da pesquisa. Observa-se com base nela que as entradas em São Paulo entre 1995-2000 foram 12,1% menores do que no período 1986-1991, enquanto as saídas foram significativamente maiores (36,4%).



Cabe destacar a perda relativa do peso da população infantil (0 a 14 anos) e o aumento da população idosa (acima de 65 anos) no total da população do estado. A população entre 0 e 14 anos representava 32,97% em 80 e passa a 26,31% do total em 2000, enquanto a acima de 65 anos saltou de 2,96% para 3,87% (entre 1980 e 2000). Na tabela seguinte, observa-se mais detalhadamente a distribuição etária e sua evolução. A tendência de continuidade do processo de envelhecimento está exigindo novas prioridades nas políticas públicas, especialmente no que se refere ao atendimento à terceira idade.

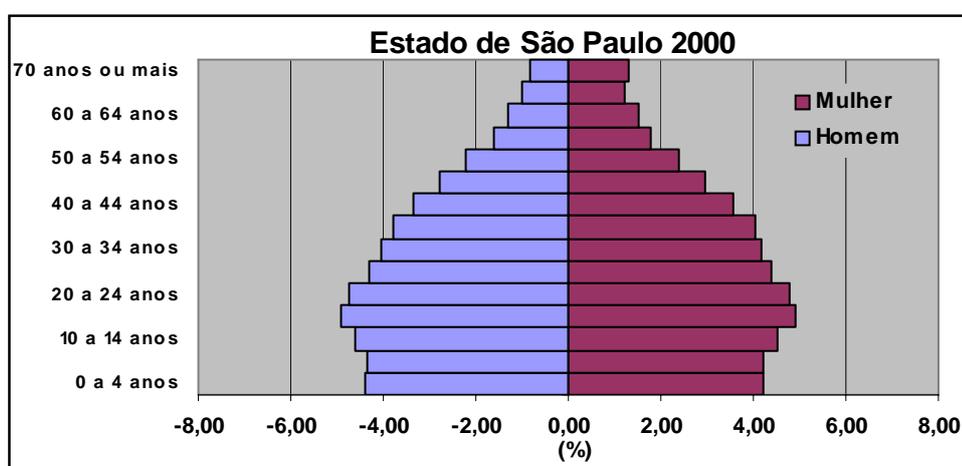
Tabela 3 - Evolução dos grupos de idade Estado de São Paulo - 1980, 1991, 2000

| Grupos de idade | 1980 | 1991 | 2000 |
|------------------------|-------------|-------------|-------------|
| 0 a 4 anos | 12,17 | 9,85 | 8,62 |
| 5 a 9 anos | 10,65 | 10,57 | 8,55 |
| 10 a 14 anos | 10,15 | 10,31 | 9,14 |
| 15 a 29 anos | 30,69 | 28,00 | 28,04 |
| 30 a 44 anos | 18,69 | 21,93 | 22,95 |
| 45 a 64 anos | 13,51 | 14,36 | 16,59 |
| 65 anos ou mais | 4,07 | 4,97 | 6,11 |
| Total: | 100 | 100 | 100 |

Fonte: Censos Demográficos 1980, 1991, 2000

Projeções da SEADE apontam, para 2004, uma queda na participação na faixa de 0 a 14 anos para 24,8% e um aumento dos acima de 65 anos no total da população do

estado de São Paulo para 6,5%. A mudança dessa distribuição é observada nos gráficos das pirâmides etárias (gráfico abaixo e anexo) e pode ser evidenciada também no índice de envelhecimento que mede o total da população idosa (acima de 65 anos) dividido pela população infantil (de 0 a 14 anos). Para São Paulo, esse índice passou de 12,4 em 1980 para 16,2 em 1991, e para 23,2 em 2000. Para o Brasil essas cifras foram 10,5; 13,9 e 19,8. Estima-se que em 2020 esse índice atingirá 35,4 para o Brasil. Em todo o país, apenas Rio de Janeiro (29,6) e Rio Grande do Sul (27,6) apresentam índice de envelhecimento acima do paulista.



Em 1970 e 1980 a taxa de urbanização do estado passou de 80,3% para 86,7%, subindo entre 1991 e 2000, quando passa de 92,8% para 93,4%. Mas ao mesmo tempo, a taxa média anual de crescimento da população urbana diminuiu dos 4,51% na década de setenta, para os 2,56% na de oitenta, caindo ainda mais, para 1,78% entre 1991 e 2000. A diminuição drástica nos fluxos rural-urbano e o próprio já elevado grau de urbanização do estado explicam este menor ritmo.

Tabela 4 - População Urbana e Rural, Taxa de Crescimento Populacional e Taxa de Urbanização

Estado de São Paulo – 1970, 1980, 1991, 2000

| | População | | | | Taxa de crescimento anual | | |
|----------------------------|------------|------------|------------|------------|---------------------------|-------|-------|
| | 2000 | 1991 | 1980 | 1970 | 00/91 | 91/80 | 80/70 |
| Urbano | 34.592.851 | 29.314.861 | 22.196.896 | 14.277.802 | 1,86 | 2,56 | 4,51 |
| Rural | 2.439.552 | 2.274.064 | 2.845.178 | 3.493.173 | 0,78 | -2,02 | -2,03 |
| Total | 37.032.403 | 31.588.925 | 25.042.074 | 17.770.975 | 1,78 | 2,13 | 3,49 |
| Taxa de Urbanização | 93,4 | 92,8 | 88,6 | 80,3 | | | |

Fonte: Censos Demográficos 1970, 1980, 1991, 2000

Por sua vez, e contrariando a tendência observada nos dois últimos decênios, quando as taxas correspondentes à população rural tinham sido negativas (-2,0), entre 1991 e 2000 esta alcançou 0,8. Mas devemos advertir que esse incremento (167,5 mil pessoas) foi fortemente influenciado pelo inusitado aumento de população rural verificado na RMSP (427,7 mil pessoas) entre 1991 e 2000. Se separarmos a RMSP do total do estado, o interior apresentou uma redução da ordem de 260,2 mil habitantes.

Esse estranho aumento da população rural na RMSP, principal aglomeração urbana do país e centro de sua rede de cidades, decorre de um duplo movimento, síntese de nosso processo excludente de urbanização que se manifesta desde fins da década de 1950, que reflete a periferização e segregação que marcam as cidades brasileiras, especialmente as metrópoles, forçando as populações pobres a movimentos sucessivos de invasão de espaços vazios distantes do centro urbano principal, muitas vezes fora do perímetro urbano, não raro em áreas próximas a mananciais e reservas ecológicas.

Por outro lado, há também uma “periferização” de população de alta renda, que fugindo da violência e da deterioração urbana, que aumentam ainda mais na década de noventa, procura segurança em condomínios fechados, em áreas distantes do *core* metropolitano que ofereçam amenidades físicas e sociais, com boa infra-estrutura e fácil acesso a eixos viários. Ambas periferizações, contudo, geram um movimento extensivo e predatório que vem moldando a configuração territorial das cidades brasileiras⁴.

O Estado de São Paulo em 2000 abrigava 25,1% da população urbana brasileira, distribuída em 645 municípios conforme tabela abaixo. Nela se observa o crescimento das cidades médias – entre 100 e 500 mil habitantes – que abrigavam 22,0% da população total em 1970, distribuída em 21 municípios. Em 2000, eram para 29,7% em 54. Em contrapartida, há perda de participação dos municípios de até 50 mil habitantes que abrigavam 35,6% da população total 1970 e caem para 22,0% em 2000.

⁴ Correa (2001) aponta os seguintes processos espaciais responsáveis pela organização das cidades: a) centralização; b) descentralização; c) coesão; d) segregação; e) invasão-sucessão; f) inércia.

Tabela 5 - Distribuição demográfica por tamanho de município**Estado de São Paulo - 1970,1980,1991,2000**

| Classe de tamanho dos municípios (mil habitantes) | Ano 2000 | | | | Ano 1991 | | | | Ano 1980 | | | | Ano 1970 | | | |
|---|------------------|------|------------|------|------------------|------|------------|------|------------------|------|------------|------|------------------|------|------------|------|
| | No de municípios | | População | | No de municípios | | População | | No de municípios | | População | | No de municípios | | População | |
| | Total | % | Total | % | Total | % | Total | % | Total | % | Total | % | Total | % | | |
| Até 20 | 411 | 63,7 | 3.023.821 | 8,2 | 370 | 64,7 | 3.006.659 | 9,5 | 398 | 69,7 | 3.103.034 | 12,4 | 429 | 75,1 | 3.452.155 | 19,4 |
| Entre 20 e 50 | 118 | 18,3 | 3.659.903 | 9,9 | 106 | 18,5 | 3.431.624 | 10,9 | 97 | 17,0 | 2.947.763 | 11,8 | 96 | 16,8 | 2.884.036 | 16,2 |
| Entre 50 e 100 | 54 | 8,4 | 3.826.838 | 10,3 | 47 | 8,2 | 3.395.850 | 10,8 | 42 | 7,4 | 2.725.936 | 10,9 | 24 | 4,2 | 1.603.459 | 9,0 |
| Entre 100 e 250 | 40 | 6,2 | 6.233.211 | 16,8 | 30 | 5,2 | 4.490.342 | 14,2 | 23 | 4,0 | 3.570.171 | 14,3 | 17 | 3,0 | 2.483.320 | 14,0 |
| Entre 250 e 500 | 14 | 2,2 | 4.762.928 | 12,9 | 13 | 2,3 | 4.230.695 | 13,4 | 7 | 1,2 | 2.451.586 | 9,8 | 4 | 0,7 | 1.423.393 | 8,0 |
| Entre 500 e 2 mil | 7 | 1,1 | 5.091.450 | 13,7 | 5 | 0,9 | 3.387.570 | 10,7 | 3 | 0,5 | 1.750.367 | 7,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 |
| Mais de 2 mil | 1 | 0,2 | 10.434.252 | 28,2 | 1 | 0,2 | 9.646.185 | 30,5 | 1 | 0,2 | 8.493.217 | 33,9 | 1 | 0,2 | 5.924.612 | 33,3 |
| Total do Estado | 645 | 100 | 37.032.403 | 100 | 572 | 100 | 31.588.925 | 100 | 571 | 100 | 25.042.074 | 100 | 571 | 100 | 17.770.975 | 100 |

Fonte: Censos Demográficos 1970, 1980, 1991, 2000

O crescimento das cidades médias esteve vinculado, como se destaca adiante, ao processo de interiorização do desenvolvimento paulista que redefiniria, a partir dos anos 1970, novos espaços urbano-regionais no estado, fortalecendo as funções de algumas aglomerações urbanas do interior, que ampliaram sua centralidade na rede urbana estadual.

Embora tenha arrefecido seu crescimento, resultado da transição demográfica⁵ verificada no país a partir de fins dos anos sessenta, as taxas de incremento populacional paulista continuam acima da maioria dos demais estados, superadas apenas pelos que ainda apresentam fronteiras agrícolas em expansão, como os do Norte e do Centro-Oeste, ou com taxas de crescimento econômico acima da média nacional, como o Espírito Santo.

Isso demonstra que apesar de se consolidarem novas áreas de atração populacional, como as duas regiões citadas, cujos estados apresentaram as maiores taxas de crescimento demográfico entre 1991 e 2000, ou apesar da drástica redução dos ritmos das perdas de Minas Gerais que passou a reter parte significativa de seus habitantes que antes emigravam, São Paulo continua exercendo forte poder de atração,

⁵ Situação em que a população de um país ou região passa de um estado de equilíbrio, com níveis elevados de natalidade e mortalidade, para uma nova fase marcada por outro equilíbrio, porém com níveis mais baixos de natalidade e mortalidade.

sendo o mais importante destino para os emigrantes brasileiros, especialmente os do Nordeste.

Ainda que apresentem ritmos mais brandos em direção à RMSP, as migrações internas continuam importantes para explicar porque São Paulo mantém crescimento superior ao nacional, mesmo com quedas sucessivas em suas taxas de natalidade que foram de 28,96 (1980); 20,76 (1991) e 18,92 (2000), segundo a Fundação SEADE, enquanto suas taxas de fecundidade, nesses mesmos anos, foram de 3,2; de 2,3 e de 2,1. Para o Brasil, essas últimas foram respectivamente; 4,4; 2,9 e 2,4.

Quanto às migrações interestaduais cabe inicialmente um alerta. Segundo o IBGE (2003), *“o censo Demográfico 2000 abordou três aspectos da migração: o lugar de nascimento, o lugar de residência anterior segundo o tempo ininterrupto de residência atual e o lugar de residência anterior a exatamente cinco anos antes da data de referência da pesquisa (01/08/1995)”*.

Metodologicamente, é alertado no mesmo documento que *“as várias formas de se medir a migração conduzem a valores discrepantes entre si”*. Com base nessas considerações, seguindo metodologia adotada em trabalhos anteriores, optou-se por avaliar os movimentos migratórios interestaduais em São Paulo a partir das informações sobre população residente segundo lugar de nascimento cruzando-as com as informações do lugar da Federação no qual o indivíduo foi recenseado. Essa opção tem a vantagem de poder avaliar os movimentos migratórios desde 1940, portanto, permite uma análise de longo prazo que contempla os vários movimentos da sociedade brasileira nas últimas décadas, especialmente os ciclos de expansão e retração da economia.

Como citado em IBGE (2003), tratam-se de informações de estoque que agregam os indivíduos que migraram pelo menos uma vez, sejam em períodos recentes ou há muito tempo. Referem-se, também, a pessoas de distintas idades cujas motivações para migrarem são, provavelmente, bastante diferenciadas. Ressalta-se, no entanto, como consta no documento do IBGE, que os fluxos migratórios das pessoas de maior idade encontram-se subestimados pela maior mortalidade nos grupos de maior faixa etária.

Em 2000, para o Brasil, foram recenseadas 26,1 milhões de pessoas fora de sua UF de nascimento, representando um aumento de 21,0% em relação a 1991. Isso representou um aumento das migrações interestaduais visto que em 1991 o crescimento do volume foi de 19,0% em relação ao 1980. São Paulo apresentava 8,8 milhões de brasileiros naturais de outros estados em 2000 contra 7,1 milhões em 1991. Esse

acrécimo deixou o estado numa posição intermediária⁶ no Brasil com crescimento de 24,6% da população de naturais no estado⁷ entre 1991 e 2000.

Enquanto entre 1980 e 1991, as entradas de migrantes nacionais em São Paulo foram de 1,1 milhão (cerca de 77,3 mil ao ano em média)⁸, no período 1991-2000 esse número sobe para 1,7 milhão, com média anual de 193,7 mil pessoas. O imigrante nordestino continua como o de maior número, com 1,3 milhão ou 76,0% do total dos que entraram no estado de São Paulo no período. Entre 1980-1991, sua participação foi e 67,0% sobre o acréscimo verificado.

Enquanto o fluxo de nordestinos mantém-se elevados, há drástica queda do número de imigrantes mineiros a partir de 1980. No período 1991-2000, Minas Gerais teve apenas 96,5 mil pessoas com destino a São Paulo. É verdade que esse número é muito maior do que os 5,1 mil do período 1980-1991, mas contrastam com os quase 607 mil mineiros que migraram para o estado paulista entre 1970 e 1980.

Em 2000, havia aproximadamente 2,1 milhões de paulistas recenseados em outros estados contra 1,8 milhão em 1991, um acréscimo de 21,8%. As saídas de paulistas para outras UFs em números absolutos totalizaram 384,6 mil entre 1991-2000 contra 309,5 do período anterior. Daquele total, 37,0% migrou para o Nordeste e quase 1/3 para Minas Gerais.

Do ponto de vista espacial, observa-se crescimento maior dos municípios do interior, que entre 1991 e 2000 apresentaram taxa anual média de incremento populacional de 1,92% contra 1,64% da RMSP. Com isso, tem continuidade a desconcentração populacional no sentido metrópole-interior, que se inicia a partir de 1980 quando, pela primeira vez, o ritmo de crescimento populacional da RMSP é menor que a média do estado, com observância de saldos migratórios intra-estaduais negativos para a primeira.

Essa interiorização contribuiu decisivamente para redefinir a posição das cidades na hierarquia urbana, pelo aparecimento de novas funções geradoras de novas centralidades, o que torna a rede urbana paulista muito mais complexa e densa. Em geral, observa-se que o crescimento das cidades médias esteve vinculado, como se destaca adiante, ao processo de desconcentração do desenvolvimento paulista,

⁶No Brasil apresentaram taxas de crescimento nas entradas de imigrantes interestaduais superiores a São Paulo: AC (34,2%); AM (76,9%); RR (69,0%); AP (107,9%); TO (28,3%); CE (33,5%); SE (28,5%); MG (38,1%); ES (27,8%); SC (40,3%); RS (32,2%) e GO (39,0%). Fonte: IBGE (2003).

⁷Aqui não estão incluídos os recenseados nas categorias Brasil *sem especificação*, País *estrangeiro* e *Estrangeiro sem especificação*.

⁸Cano (1998: 342).

especialmente o industrial, a partir dos anos 1970. Desde então, consolidam-se novos espaços urbano-regionais no estado, fortalecendo e especializando as funções de algumas aglomerações urbanas do interior, que ampliaram sua centralidade na rede de cidades estadual. Contribuiu igualmente para essa urbanização do interior do estado, o avanço da agropecuária paulista, especialmente na última década do século XX.

Ressalta-se, no entanto, que o interior do estado não deve ser visto como um recorte regional único, pois essa simples agregação esconderia o fato de que a interiorização (econômica e populacional) foi muito mais intensa em alguns municípios, ainda que todas as regiões do estado tenham se beneficiado dela. Como exemplo do caráter relativamente concentrado dessa desconcentração demográfica, cabe lembrar que somente a RA de Campinas respondia por 28,2% do total de residentes no interior. Para se ter idéia de seu peso, basta mencionar que Sorocaba, a segunda mais populosa, equivalia a menos da metade desta. Ademais, as regiões apresentam estruturas produtivas distintas que ficam encobertas pela agregação do interior em um único recorte territorial.

Portanto, apesar da interiorização, a população paulista manteve-se relativamente concentrada nas duas maiores Regiões Administrativas (RA), a RMSP e a de Campinas, que totalizam 62,9% dos residentes no estado em 2000, a mesma participação de 1991 e um pouco abaixo da de 1980 (63,1%). Em boa medida, parte da perda de participação relativa da metrópole foi apropriada pelo crescimento da RA de Campinas, especialmente por seu município sede, demonstrando o caráter relativamente limitado dessa desconcentração demográfica no sentido do interior mais longínquo.

Se a RMSP apresenta ritmo de crescimento populacional mais reduzido que a média estadual entre 1991 e 2000, o crescimento da capital foi ainda menor (0,9%), contrapondo-se à média dos demais municípios metropolitanos que foi de 2,8%, ratificando o movimento espacial de periferização que vem, desde os anos sessenta, acompanhado por forte segregação que marca principalmente as cidades brasileiras de grande porte, em especial as metrópoles.

Nelas, as populações pobres são forçadas a movimentos sucessivos de invasão de espaços vazios distantes do centro urbano principal, muitas vezes fora do perímetro urbano, não raro em áreas próximas a mananciais e reservas ecológicas. Há que se registrar que, paradoxalmente, a população rural da RMSP foi acrescida em mais de 400 mil pessoas entre 1991 e 2000, provavelmente refletindo esse duplo processo de periferização/segregação que move a população de baixa renda para pontos longínquos

do centro urbano em áreas, mormente, sem infra-estrutura necessária para atender as demandas da população.

Por outro lado, há também uma “periferização” da população de alta renda, que, fugindo da violência e da deterioração urbana que aumentaram ainda mais na década de noventa, procura segurança em condomínios fechados, em áreas distantes do *core* metropolitano que ofereçam amenidades físicas e sociais, com boa infra-estrutura e fácil acesso a eixos viários. Ambas periferizações geram movimento extensivo e predatório que vem moldando a configuração territorial das cidades brasileiras, sendo visíveis, também, nas duas outras metrópoles estaduais: a de Campinas e a da Baixada Santista.

Os problemas tipicamente metropolitanos, que se manifestam mais fortemente na RMSP, criam externalidades negativas (encarecimento dos terrenos, legislação ambiental mais rígida, encarecimento da mão-de-obra...), que “empurram” parte da atividade produtiva para fora da metrópole em direção a áreas do interior dotadas de boa infra-estrutura, especialmente acesso aos eixos de transporte, que se apropriaram da desconcentração metropolitana.

Isso não significa que a RMSP tenha perdido primazia e/ou que esteja passando por um processo de esvaziamento sócio-econômico; ao contrário, a rede urbana paulista complexifica-se a partir do comando da metrópole que detêm, ainda, parcela substancial (quantitativa e qualitativamente) das atividades econômicas localizadas no país. No entanto, novos pontos de dinamismo econômico surgem no interior, redesenhando suas articulações com a metrópole.

Essa interiorização das atividades é acompanhada por aumento dos fluxos migratórios intra-estaduais em direção às cidades do interior de grande e médio porte, destacando-se o fluxo de migrantes que partem da RMSP em direção as demais regiões do estado. Entre 1995 e 2000, mais de 400 mil pessoas emigraram da metrópole para o interior paulista, especialmente para as regiões administrativas de Campinas, Sorocaba e São José dos Campos. Da mesma forma, mais de 500 mil emigraram da metrópole para outros estados.

Segundo Hogan *et al.* (2000: 66) “esta ‘expulsão’ da população da metrópole está, de um lado, vinculada a um retorno à UF de origem também significa que a metrópole deixou de ser, para muitos, o ponto de destino definitivo, ensejando situação de menor estabilidade ou até significando um local de passagem na redistribuição populacional do estado”. Significa, também, que os territórios com maior dinamismo econômico no interior acenam com novas possibilidades para a população migrante.

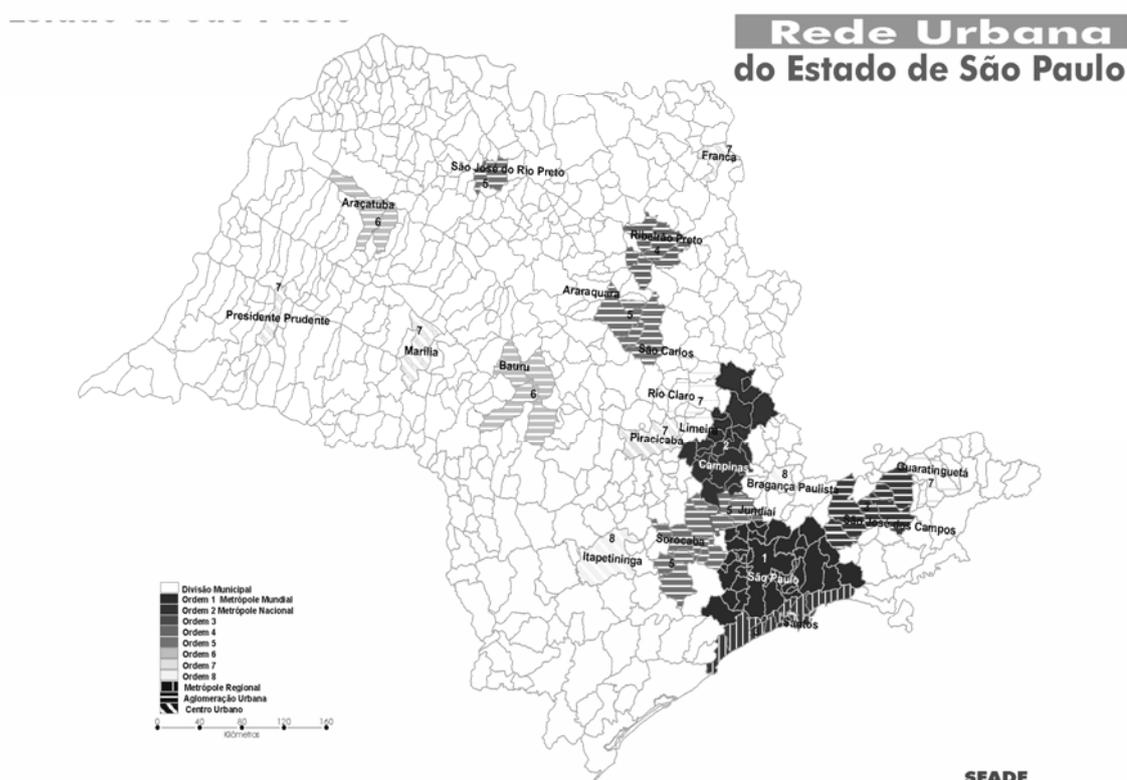
Dessa forma o interior paulista tornou-se mais atrativo para os imigrantes, o que resultou em ritmo maior de crescimento populacional. No entanto, como já frisamos, esse crescimento se deu de forma muito desigual entre as 14 RAs interioranas, com particular destaque para as de Campinas, Sorocaba, São José dos Campos e Santos, cujas taxas anuais médias de crescimento, de 2,3% para as duas primeiras e 2,1% para as outras duas, foram as maiores do estado. Em contraposição, Presidente Prudente (0,8%), Araçatuba (1,0%) e Barretos (1,1%) apresentaram as mais baixas.

Esse desempenho é reflexo das condições econômicas que fizeram emergir novas áreas dinâmicas localizadas fora da metrópole. Tais áreas consolidaram alguns centros regionais, dinamizando, muitas vezes, parte de seu *hinterland*. A rede de cidades que vai se adensando e se complexificando, apresenta tendência de seguir pelos principais eixos rodoviários estaduais que integram as principais cidades da rede urbana à RMSP, reforçando a idéia de que o município de São Paulo, a despeito de sua perda de participação demográfica e industrial no total do estado, mantém, e provavelmente intensifica, sua primazia sobre a rede urbana paulista e brasileira.

É importante, portanto, analisar a dinâmica da economia recente em São Paulo para entendermos o comportamento das diferentes regiões do estado que vem tornando a rede urbana muito mais adensada e complexa. É o que tentaremos fazer a seguir.

3. Interiorização do desenvolvimento no Estado de São Paulo

As mudanças no padrão demográfico estadual, processadas a partir da década de 1980, se refletem no maior ritmo de crescimento populacional do interior e exigem entendimentos mais precisos sobre os efeitos da dinâmica sócio-econômica paulista,



com a formação e a consolidação de novas áreas dinâmicas em seu território. Com isso, redefinir-se-ia o desenho de sua rede urbana, segundo uma lógica de centralização e descentralização que vai estruturando uma nova hierarquia espacial no estado, com importância crescente das aglomerações urbanas do interior, sem que a RMSP perca sua centralidade no processo de acumulação, a despeito de ver reduzida sua participação relativa nas estruturas produtivas e demográficas estaduais.

É bom lembrar que a rede urbana de São Paulo foi estruturada originalmente a partir do complexo cafeeiro. Foi, contudo, a industrialização (e a decorrente criação de extensa malha viária que compõe uma infra-estrutura ímpar no país) que lhe deu maior adensamento e complexidade. Com ela, a RMSP consolidou sua influência econômica e demográfica não apenas sobre o território paulista, mas também sobre o nacional,

concentrando parcela significativa do VTI⁹ da indústria de transformação e da população brasileiras, além dos serviços mais especializados.

Os processos de desconcentração econômica e de modernização da agropecuária a partir dos anos setenta e o baixo ritmo de crescimento da economia nacional nas duas décadas seguintes tiveram efeitos significativos sobre a RMSP, que perdeu participação na indústria de transformação brasileira. Ocorreu o surgimento de áreas economicamente dinâmicas localizadas fora da RMSP, definindo novas dimensões territoriais na produção, não apenas em São Paulo, mas também em vários espaços sub-regionais em outras unidades da federação.

Como largamente discutido¹⁰, a desconcentração industrial assumiu concomitantemente um duplo sentido, com repercussões importantes sobre a área metropolitana e sobre aglomerações urbanas de maior porte do interior do estado e em algumas cidades médias brasileiras.

Seu primeiro sentido foi o ganho de participação das demais unidades federativas, que ampliaram progressivamente seu peso na indústria brasileira em detrimento de São Paulo: 41,9% em 1970; 45,6% em 1980; 52% em 1985; 54,7% em 2000 e 59% em 2003. Cidades de porte médio – normalmente capitais estaduais, com infra-estruturas capazes de atender às exigências locais da indústria, foram as principais beneficiárias desse movimento. Em 1970, segundo Diniz e Crocco (1996), eram 33 aglomerações industriais relevantes no país, com empregos industriais acima de 5 mil pessoas em cada uma. Em 1980 e 1990, esses números saltam para 76 e 90, respectivamente.

O segundo sentido repercutiu mais diretamente na reconfiguração da rede urbana de São Paulo, com o aumento da participação do interior em sua indústria de transformação, cujo peso saltou de 25,3% em 1970 para 43,3% em 1985; continuando a aumentar no período seguinte: 48,1% em 1995, 58,5% em 2000 e 61,7% em 2003¹¹.

Ambos os sentidos da desconcentração representaram perdas de participação da RMSP nas indústrias brasileira e paulista. A contrapartida foi que o crescimento de cidades de porte médio no Brasil e no estado de São Paulo acabou por aumentar sua participação na indústria nacional, modificando o mapa da indústria brasileira¹².

⁹Valor de Transformação Industrial.

¹⁰Ver Cano (1988), Cano (1992) e Negri (1996).

¹¹Para 1970, 1980 e 1985, censo industrial, com base em Cano (1998). Para os demais anos, estimativa com base no VAF.

¹²Ver Diniz e Crocco (1996).

Da mesma forma, o avanço da fronteira agrícola e mineral no país reforçou o processo de desconcentração, acelerando a urbanização do Centro-Oeste e do Norte, fato que contribuiu para o deslocamento de parte da agroindústria para fora do estado de São Paulo. Paralelamente, a modernização da agropecuária paulista reforçaria o peso de algumas cidades de porte médio do interior, aumentando a participação do agro no PIB estadual na década de 1990¹³. Em 1970 esta participação era de 5,7%, caindo para 3,9% em 1980 e 3,5% em 1989. No entanto em 2003 atinge 7,7%. A participação de São Paulo na agropecuária brasileira saltou de 18,2% em 2000 para 23,9% em 2003¹⁴. Evidentemente, este crescimento foi apropriado pelas cidades do interior, intensificando-lhes a urbanização e a maior divisão do trabalho, com surgimento de uma série de serviços diversificados no terciário não metropolitano.

No geral, o que se observa no período pós-1970, especialmente a partir da década de oitenta, para o Brasil e para São Paulo, é um processo de desconcentração econômica que é acompanhado por um outro de desconcentração urbana e demográfica, refletida em taxas de crescimento das metrópoles abaixo das de cidades de porte médio.

Para entender melhor esse comportamento, traçamos a seguir a evolução recente da indústria e da agropecuária paulista que criaram as condições materiais para alterações no ordenamento territorial do estado.

4. Distribuição espacial da indústria paulista e urbanização

A RMSPP, apesar das perdas de participação, ainda respondia por 38,3% da indústria de transformação estadual¹⁵, em 2003, apresentando a mais diversificada estrutura produtiva. Os *complexos metal-mecânico e químico/petroquímico* respondiam por mais de 70% de sua indústria naquele ano. Muitos dos seus ramos detinham elevada participação estadual, tais como material de transporte (45%) e produtos químicos (45%).

A capital, em 1980, detinha 56,3% da indústria metropolitana (36,1% da estadual), mas, em 2003, sua participação cai para apenas 38,6% (14,7% da estadual).

¹³Deve-se registrar que o aumento do peso da agropecuária decorre não apenas desse acelerado processo de modernização, mas também dos efeitos da crise na economia brasileira, que repercutiram mais intensamente sobre a indústria paulista, contribuindo para sua queda no PIB estadual.

¹⁴Participação no valor agregado da agropecuária, segundo informações do documento Contas Regionais 2003 do IBGE.

¹⁵A análise da indústria de transformação está baseada nos dados do Valor Adicionado Fiscal (VAF), informados pela Secretaria da Fazenda do estado de São Paulo.

Portanto, além do fenômeno de interiorização da indústria paulista anteriormente citado, observa-se transbordamento e espraiamento de atividades para municípios da periferia da RMSP e de seu entorno mais imediato, que apresentam boas condições de infraestrutura. Plantas importantes localizam-se em Barueri, Diadema, Guarulhos, Mauá, Taboão da Serra e São Bernardo que aumentaram suas participações na indústria metropolitana entre 1980 e 2003. Como resultado desse movimento as relações sócio-econômicas entre os municípios tornaram-se muito mais complexas e articuladas.

No interior, a RA de Campinas foi a que mais ganhou no processo de desconcentração da indústria paulista. Em 2003, representa 26,3% da indústria estadual e 43,4% da do interior. Em 1980, esses números eram respectivamente 15,1% e 42,6%. Desde a década de 60, esta RA tem a indústria mais vigorosa e expressiva do interior, abrigando modernas plantas sucro-alcooleiras, alimentícias, têxteis, de papel e celulose, química, petroquímica e metal-mecânica, consolidando posição de destaque no cenário nacional. O valor da produção industrial da RA de Campinas é o segundo do país, superado apenas pelo da RMSP.

Beneficiada por grandes investimentos públicos federais e estaduais nas décadas de 1970 e 1980, alguns de seus segmentos industriais apresentam importância estratégica, por serem intensivos em tecnologia e conhecimento. Isso pode ser aferido a partir da estimativa de que 61,7% de sua indústria é de alta ou média alta tecnologia, contra média estadual de 55,2% e nacional de 47,5%.

Portanto, uma retomada do crescimento econômico, especialmente o industrial, deverá ter impacto maior na RA, aumentando a centralidade do município de Campinas e a atratividade da região sobre a população emigrante de outras áreas do estado e do país. Entre 1995-2000 entraram na região quase 400 mil imigrantes brasileiros, sendo 224,5 mil originários de outras partes do estado de São Paulo. Embora tenham saído 179,3 mil – mais da metade para outras regiões paulistas, o saldo final mostra que sua economia tem sido importante fator de atração populacional, ainda que o crescimento econômico do período tenha sido baixo, dados os efeitos da política econômica federal sobre a economia de São Paulo.

Cabe destacar que, assim como ocorreu na metrópole paulistana, observam-se processo de desconcentração intra-regional – especialmente do município-sede de Campinas para seu entorno metropolitano - determinado, dentre outros fatores, por movimentos inerentes à lógica de localização industrial, principalmente pela excelente oferta regional de transporte – aéreo, rodovial e ferroviário – além de outros, induzidos por

políticas de atração e/ou “guerra fiscal” dentro do próprio espaço regional, o que criaram oportunidades de investimentos fora do município de Campinas.

Como maior beneficiária da interiorização do desenvolvimento paulista, o espaço metropolitano de Campinas adensou sua malha industrial, aumentando sua participação na indústria regional e estadual. É importante registrar que a Região Metropolitana de Campinas (RMC) detinha 53,4% da indústria da RA em 1980, aumentando para 56,3% em 1990 e 62,2% em 2003. Dentre os principais municípios metropolitanos, destaca-se Paulínia cuja participação na indústria da RA saltou de 6,2% em 1980 para 29,4% em 2003. Esse desempenho é explicado pela consolidação da Refinaria do Planalto, pela expansão da produção e pelos preços favoráveis do petróleo. Outras localizações industriais como Indaiatuba e Jaguariúna, beneficiadas pela localização no espaço metropolitano, também vêm aumentando participação na indústria regional.

Outras duas RAs se destacam pela produção industrial: a de São José dos Campos e a de Sorocaba. A primeira respondia em 2003 por 10,9% da indústria paulista. Guarda semelhanças com a região de Campinas, seja por sediar diversificado parque metal mecânico e químico-petroquímico, que responde por quase 80,0% de sua estrutura industrial em 2003, seja pela importância do pólo tecnológico, particularmente o parque aeroespacial brasileiro. Em razão disso apresenta uma estrutura industrial fortemente centrada em segmentos de alta ou média alta tecnologia (76,6%). Especialmente, a indústria encontra-se concentrada no município-sede e adjacências, que responde por 67,2% do total regional e Taubaté e seu entorno, aonde se localizam 17,7% da produção industrial regional.

O crescimento industrial da região transformou-a em área de atração populacional (recebeu mais de 125 mil pessoas entre 1995-2000¹⁶). Como consequência, seu crescimento demográfico está levando a mudanças na ocupação intra-urbana, com aumento da periferização das maiores cidades da região, que se reflete na ocupação de áreas fora do perímetro urbano, o que poderia explicar o fato de que sua população rural voltou a crescer entre 1991 e 2000, depois de um longo período de decréscimo.

A RA de Sorocaba, por sua vez, ampliou sua participação na indústria estadual saltando de 4,0% em 1980 para 4,9% em 1990 e 5,6% em 2003. Sua pauta produtiva é

¹⁶Embora 64,5 mil tenha emigrado para outras regiões de São Paulo ou outras UFs. De qualquer forma, o saldo positivo indica que essa foi, de fato, uma área de atração populacional no período.

menos concentrada, embora com uma tessitura industrial que se aproxima um pouco de regiões de forte aglomeração urbana e industrial, como as metropolitanas. Destacam-se produtos alimentícios (17% do VAF regional em 2003), minerais não metálicos (8,3%), material de transporte (cerca de 10%), produtos químicos (cerca de 10%), e máquinas e equipamentos (7,4%) que lhes compõem os principais segmentos.

Embora outras regiões do estado tenham apresentado melhor desempenho industrial, a RA de Sorocaba apresentou dinamismo suficiente para torna-se, depois da de Campinas, a principal área de atração populacional do interior, entre 1995 e 2000. Recebeu no período 163,5 mil imigrantes, sendo 111,3 mil de outras regiões de São Paulo. Apesar de emigrarem dela 80,6 mil para outras RAs paulistas ou outros estados brasileiros, a RA demonstrou dinamismo econômico para tornar-se área de atração populacional. Esse crescimento populacional possibilitou diversificação do comércio e dos serviços na região centralizada em Sorocaba. Embora esta sofra concorrência pela proximidade e facilidade de locomoção da população para a RMSP, o crescimento de seu terciário ampliou-lhe a centralidade.

Em relação às RAs do centro, norte e oeste do Estado, suas estruturas produtivas mostram forte presença agroindustrial, com alta participação do beneficiamento ou transformação de produtos alimentares, bebidas e álcool de cana-de-açúcar. O somatório dessas três atividades fez, no ano de 2003, percentuais largamente predominantes do VAF regional em Barretos (92%), Presidente Prudente (80%), Araçatuba (74%), São José do Rio Preto (70%), Marília (68%), Bauru (66%), Ribeirão Preto (61%) e Franca (59%). Na RA Central repete-se o alto peso de produtos *alimentícios/bebidas* (cerca de 55,5%), com volume expressivo de beneficiamento de frutas cítricas. Como atividades complementares à agroindústria, também se desenvolveram em algumas dessas RAs, importantes segmentos de máquinas agrícolas e fertilizantes. Máquinas e equipamentos e outros setores do complexo *metal-mecânico* ligados à agropecuária.

A expansão da agropecuária merece alguns comentários, ainda que sucintos, pelo papel que vem desempenhando nos municípios dessas regiões, com impactos importantes sobre suas redes urbanas.

5. Agropecuária e urbanização paulista

Conforme já destacado, a agropecuária paulista vem passando por expansão, em bases modernas e competitivas, impulsionada pelo aprofundamento do capital

financeiro que estimula o setor a partir de uma lógica internacional de financiamento e pela incorporação de inovações tecnológicas.

Essas inovações, no entanto, como lembra Gonçalves (2006), aumentaram as práticas mecanizadas, incluindo a colheita, reduzindo desta forma não apenas a demanda por bóias-frias como o nível de emprego, não obstante se observar um crescimento do assalariamento formal a partir de 1985. O caso da cana-de-açúcar, que teve expressivo crescimento em praticamente todas as RAs do interior, é típico. Apesar do aumento da área plantada e da produção nos anos noventa, sua forte mecanização foi acompanhada por processo de aumento do desemprego, pela redução do trabalho temporário, ainda que a formalização tenha aumentado, como descreveu Gonçalves (2006).

Esse movimento de expansão da agropecuária e da agroindústria, por razões espaciais óbvias, vai beneficiar mais diretamente os municípios do interior, gerando um duplo impacto sobre sua rede urbana. Primeiro, o aumento do desemprego pela incorporação crescente de técnicas intensivas em capital, aliado a uma conjuntura econômica nacional desfavorável. Esse movimento de desestruturação do mercado de trabalho generaliza, para as cidades médias, que vêm apresentando crescimento demográfico acima das metrópoles - como destacamos anteriormente, problemas que eram tipicamente metropolitanos ou de cidades grandes.

Com isso, o processo de interiorização do desenvolvimento foi também um processo de interiorização dos problemas urbanos, agravados por uma conjuntura na qual o investimento público tem se mostrado absolutamente insuficiente para fazer frente a questões substantivas que passaram a fazer parte do cotidiano dessas cidades.

Por outro lado, a expansão da renda agropecuária gera estímulos para a diversificação da oferta de serviços e para o comércio, aumentando a centralidade dos municípios de porte médio, principalmente daqueles que são capitais regionais – Ribeirão Preto, - Araçatuba, Barretos, São José do Rio Preto, Araraquara, Marília... -, aumentando a centralidade delas sobre suas *hinterlands*. Com isso, a rede urbana paulista torna-se mais complexa e adensada.

6. A questão da metropolização no Estado de São Paulo

O Brasil conta atualmente com 29 Regiões Metropolitanas institucionalizadas, congregando perto de 500 municípios, onde residem cerca de 70 milhões de pessoas. Na

década de 80, o número de municípios que fazia parte das 9 Regiões Metropolitanas (RMs) criadas na década de 1970 totalizava 117.

Nesse contexto, o tema da metropolização parece estar novamente colocado no debate político e acadêmico brasileiro, como pode ser percebido através do crescente número de publicações científicas e seminários sobre o assunto. Entretanto, passados 15 anos da transferência da gestão metropolitana para o âmbito estadual, não há definição de questões mínimas e apenas contamos com legislações estaduais genéricas.

Possuindo 3 regiões metropolitanas: a de São Paulo (RMSP), a da Baixada Santista (RMBS) e a de Campinas (RMC), o estado concentra nesses grandes aglomerados 58,5% de sua população. Apenas nos municípios-sede dessas RMs estão perto de 1/3 dos habitantes do estado. A RMSP, se estendendo por 8 mil km², possuía 17,9 milhões de habitantes em 2000, ou 48,3% da população estadual, foi criada pela Lei Complementar Federal nº. 14/1973. Possui 31 de seus 39 municípios conurbados.

A RMC, com 3.673 km², 2,3 milhões de habitantes, constituída por 19 municípios, abriga 6,3% da população estadual e foi institucionalizada pela Lei Complementar nº. 870/2000. A RMBS, com 2.373 km² e 1.476.820 habitantes, constituída por 9 municípios, detendo 4% da população estadual, foi criada pela Lei Complementar Estadual nº. 815/1996.

A RMSP é constituída por gigantesca mancha urbanizada contínua de mais de 2 mil km², que vem se expandindo em algumas de suas pontas. Em 1970 a participação da população da cidade de São Paulo no total da RMSP era de 73,16%, reduzindo-a em 2000 para 58,20%. As cidades do entorno cresceram a taxas mais elevadas durante o período.

Há nítido movimento de periferização, com o crescimento maior dessas áreas e o agravamento de sua situação social. Basta observar que os municípios centrais das RMs cresceram menos de 5% na última década, enquanto os municípios periféricos cresceram até 30%. Essa grande expansão significa, portanto, o agravamento da situação de pobreza dessas regiões, na medida em que os indicadores sociais nitidamente decrescem no sentido do centro para as regiões periféricas das RMs, onde se concentram os maiores índices de violência, o maior número de desempregos, os menores salários, etc. Como ilustração, caberia lembrar que a participação dos domicílios com renda do chefe até 1 salário mínimo na RMSP é 18,46%. Excluindo o seu município-sede este número vai a 20,87%.

O fenômeno da periferização é típico das três RMs. Os municípios do entorno da sede apresentam preços de terrenos mais acessíveis, institucionalidades, legislação e regulação urbanísticas menos rígidas. Nesses espaços urbanos a ocupação das franjas metropolitanas por assentamentos humanos irregulares e clandestinos avançou para áreas mais distantes, em geral, sobre encostas, alagados, áreas de proteção ambiental, terras públicas e mananciais. Estes espaços urbanos “sobrantes”, não-regulados, que conformam a “cidade ilegal”, ocupam geralmente áreas ambientalmente frágeis, sujeitas a enchentes, acidentes topográficos e outros riscos.

Graças a esse e outros problemas metropolitanos, que teriam criado externalidades econômicas negativas neste pólo de concentração produtiva nacional, existe intenso debate entre especialistas se a RMSP teria ou não conhecido um processo de reversão de sua polarização industrial. Acreditamos que não se poderia falar em reversão produtiva metropolitana, pois esta manteve sua primazia econômica, demográfica e urbana, detendo posição de comando sobre a rede urbana paulista e parte substancial (quantitativa e qualitativamente) das atividades econômicas localizadas no país.

Neste contexto, há também grande polêmica se São Paulo poderia ou não ser caracterizada como *cidade global*. Vários atributos de terciário avançado e centro de gestão de fluxos são lembrados, tais como: centro financeiro, dinâmica imobiliária, centro de gestão de grandes empresas, consultorias, assessoria jurídica, propaganda, projetos, marketing, relações públicas, sistemas de informação, P&D etc. Uma vertente desta visão defende que, se São Paulo não é ainda plenamente uma *cidade mundial*, adicionando o eixo até a cidade do Rio de Janeiro, teríamos a possibilidade de consolidação da “Região Urbana Global Rio-São Paulo”, que apresentaria ampla oportunidade de alcançar posição de destaque no contexto da globalização (Rezende e Lima, 1999). Julgamos que não se sustentam tais hipóteses, pois a cidade de São Paulo, e muito menos a do Rio, não possuem tal expressão nos fluxos econômicos internacionais, não é sede de empresas globais e não é dotada de infra-estrutura suficiente de informação e tecnologia, etc.

Outro debate que merece ser comentado é a tese do Complexo Metropolitano Expandido (CME), defendido pela Emplasa e por alguns autores. Segundo esta interpretação seria legítimo afirmar a existência de um espaço com grau suficiente de homogeneidade e integração que conformasse e definisse uma área metropolitana condensada, que se encontra distribuída por dezenas de municípios, onde residem 26,3

milhões de habitantes, ou seja, 70% da população paulista e 15,5% da brasileira. Compreendendo um espaço chamado por alguns de megalópolis, que abrange quase 43 mil km², em um raio de 200 km, a partir da cidade de São Paulo e se estende desde Sorocaba até o Vale do Paraíba, incluindo as 3 RMs. Estima-se que nesta macrometrópole brasileira estariam quase 80% do PIB paulista e 27,7% do PIB brasileiro.

Esta convicção se baseia na hipótese da existência de “profundas transformações urbanas expressas na constituição de uma metrópole cada vez mais ampliada e expandida que, ao mesmo tempo em que se adensa e expande sua verticalização, se estende territorialmente metropolizando espaços” (Lecioni, 2003: 467). Seria importante ao longo desta pesquisa qualificar melhor estas análises que defendem a existência desta “macrometrópole”. O certo é que a análise do processo de metropolização deve merecer grande atenção no ESP.

Não só a RMSP apresenta as características de ser polinucleada e multifuncional, mas também, em menor medida, a RMC e a RMBS. Elas centralizam e comandam uma série de atividades produtivas, logísticas e de maior conteúdo tecnológico: modernas unidades produtivas, três dos cinco maiores aeroportos do país, equipamentos de comércio (hipermercados, *shopping centers*, grandes revendedores de automóveis, etc.), empreendimentos de grande porte em alimentação, entretenimento e hotelaria, ampla oferta de serviços profissionais (médicos, dentistas, advogados) e de serviços voltados para empresas (engenharia, consultorias, contabilidade, propaganda, marketing, serviços técnicos), etc. Tal dinamismo contribui para consolidar um padrão de consumo e um modo de vida tipicamente metropolitano, alavancar o setor imobiliário e gerar emprego, renda e impostos, reforçando o papel de pólo regional de cada centro metropolitano.

Por outro lado, ao mesmo tempo em que centraliza o dinamismo socioeconômico e a riqueza material, o espaço metropolitano concretiza a segmentação social, em suas várias manifestações de exclusão, marginalização etc. São produzidos permanentemente subterritórios com elevado grau de pobreza e exclusão social, consolidando verdadeiro *apartheid* social, com a multiplicação de diversos *guetos*. Ou seja, na multidão da metrópole apenas uma minoria detém o direito à cidade.

O nítido extravasamento e as intersecções dos problemas municipais das áreas metropolitanas revelam parte da natureza complexa dos fenômenos socioespaciais metropolitanos. A maioria de seus problemas possui porte e complexidade, geralmente

exigentes de enorme montante de recursos, que ultrapassam em muito as possibilidades de tratamento individualizado, mesmo para os municípios mais ricos de determinada região. Geralmente também são problemas de difícil decisão técnica, passíveis de enfrentamento através de variadas opções institucionais e de formato de gestão. Isto é, a conurbação, a interdependência e a complementaridade entre seus diversos problemas comuns tornam muito complexa a tomada de decisão. Há, neste sentido, enorme e urgente necessidade de ações concertadas entre municípios e agentes envolvidos, possibilitando estruturar novas instâncias de gestão. Neste sentido, vários desafios e questionamentos são colocados: como romper com a lógica municipalista, vencer os conflitos de competência entre esferas de governo, contornar a falta de recursos financeiros (ficando à mercê de negociações políticas pontuais, muitas vezes clientelistas), legitimar a participação popular democrática, executar as funções comuns com quadro técnico disponível, geralmente pouco capacitado, etc. É certo que a questão social brasileira é, em sua maior parte, hoje uma questão predominantemente metropolitana. Porém, definitivamente não contamos com um arcabouço institucional que possa dar conta do vulto e da complexidade dos problemas metropolitanos.

Referências Bibliográficas

CANO, Wilson (coord.). **O processo de interiorização da indústria paulista - 1920 a 1980**. São Paulo, Fundação SEADE. (Coleção Economia Paulista, 1988).

CANO, Wilson (coord.). **São Paulo no limiar do século XXI**. São Paulo, Fundação Seade-SEPLAN, 1992.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil: 1930:1995**. Campinas: UNICAMP/IE, 2ª Ed, 1998.

CANO, Wilson, BRANDÃO, Carlos, MACEDO, Fernando César de, MACIEL, Cláudio S. (Coords.). **Economia paulista – principais transformações sócio-econômicas entre 1980 e 2005**, Campinas, Editora Alínea, 2007

DINIZ, Clélio Campolina; CROCCO, Marco Aurélio. Reestruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria brasileira. **Revista Nova Economia**, Volume 6, Número 1, p. 77-103, 1996.

IBGE. Contas Regionais 2003.

GONÇALVES, Sidnei *et al.* (2006). Agropecuária paulista: transformações do período 1969-1971 a 2002-2004. IN: CANO, Wilson, BRANDÃO, Carlos, MACEDO, Fernando César de, MACIEL, Cláudio S. (Coords.). **Economia paulista – principais transformações sócio-econômicas entre 1980 e 2005**, Campinas, Editora Alínea, 2007.

HOOGAN, Daniel (org.). **Migração e meio ambiente nas aglomerações urbanas**. Campinas: NEPO-UNICAMP, 2000.

LENCIONI, Sandra. Cisão territorial da indústria e integração regional no Estado de São Paulo. In: GONÇALVES, Maria Flora, BRANDÃO, Carlos A., GALVÃO, Antonio C. (orgs.). **Regiões e cidades, cidades nas regiões**. São Paulo, Editora da Unesp, 2003.

NEGRI, Barjas. *Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

REZENDE, Fernando e LIMA, Ricardo. **Rio-São Paulo: cidade mundial**. Brasília, IPEA, 1999.

SEADE. Fundação Serviço de Estatística e Análise do Estado de São Paulo.